

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 34ª (trigésima quarta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Geider de Lima Alcântara, José Diego Martins de Oliveira e Silva, Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/1451/2018, 1/2597/201, 1/5223/2018, 1/5838/2018 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho; 1/1452/2018, 1/2760/2018, 1/5224/2018 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; 1/6348/2018 – Cons. Lúcio Flávio Alves, foram aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/1649/2014 – Auto de Infração nº 1/201402289. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: ENTREPOSTO COMERCIAL DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário e, por maioria de votos, negar-lhe provimento confirmando a decisão de **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** exarada na 1ª Instância, conforme laudo pericial anexo aos autos. Entretanto, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, I, “d” da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrária a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos conselheiros Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto e Alexandre Mendes de Sousa, que votaram confirmando a decisão singular. Não compareceu para sustentação oral, mesmo tendo sido intimado, o representante legal da recorrente, Dr. Aloísio Cavalcanti Júnior. **Processo de Recurso Nº 1/3234/2018 – Auto de Infração nº 1/201800464. RECORRENTE: DUO COMÉRCIO DE ÓTICA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer

do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1- Com relação as preliminares de nulidade do auto de infração por vício formal, nos seguintes aspectos: a) Ausência da Ordem de Serviço e do Termo de Conclusão, além do prazo de validade na Ordem de Serviço (vinte dias)** – afastadas por unanimidade de votos, pois o presente caso trata de atraso de recolhimento do ICMS ANTECIPADO, portanto, dentro da regra contida no inciso III, do artigo 91 da Lei nº 12.670/96 que dispensa a lavratura, tanto do Termo de Início como do Termo de Conclusão, sendo exigido para o caso em questão, o Termo de Intimação, o qual foi devidamente lavrado contendo o número do Mandado de Ação fiscal (constante às fls. 05 dos autos) e a ciência no referido termo foi dada pelo próprio contribuinte, **b) O agente responsável pela ação fiscal, não detêm competência legal para efetuar lançamento de crédito tributário** – afastada, por unanimidade de votos, nos termos do artigo 2º, § 1º, inc. II do Decreto nº 29.978/2009; **2- No mérito**, a 3ª Câmara afasta a alegação da autuada de que o Estado não deixou de receber o ICMS, recolhido na sistemática crédito/débito, alegando “bis in idem”, pois o Regime Normal difere do recolhimento do ICMS Antecipado, conforme art. 767, § 3º do Dec. 24.569/97. Indeferem, também, os demais argumentos de defesa de mérito, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada. Na sequência, por unanimidade de votos, negam provimento ao Recurso interposto para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada na instância singular, nos termos do voto da Conselheira Relatora, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado.

Processo de Recurso Nº 1/3210/2018 – Auto de Infração nº 1/201800457. RECORRENTE: DUO COMÉRCIO DE ÓTICA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro GEIDER DE LIMA ALCÂNTARA. Decisão: Por ocasião do debate o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **VISTA DOS AUTOS** ao Conselheiro Lúcio Flávio Alves, para uma melhor análise dos aspectos abordados durante a discussão do processo pelos conselheiros e o representante da Procuradoria Geral do Estado.

Processo de Recurso Nº 1/3232/2018 – Auto de Infração nº 1/201800465. RECORRENTE: DUO COMÉRCIO DE ÓTICA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro JOSÉ DIEGO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA. Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1- Com relação as preliminares de nulidade do auto de infração por vício formal, nos seguintes aspectos: a) Ausência da Ordem de Serviço e do Termo de Conclusão, além do prazo de validade na Ordem de Serviço (vinte dias)** – afastados por unanimidade de votos, pois o presente caso trata de atraso de recolhimento do ICMS ANTECIPADO, portanto, dentro da regra contida no inciso III, do artigo 91 da Lei nº 12.670/96 que dispensa a lavratura, tanto do Termo de Início como do Termo de Conclusão, sendo exigido para o caso em questão, o Termo de Intimação, o qual foi devidamente lavrado contendo o número do Mandado de Ação fiscal (constante às fls. 05 dos autos) e a ciência no referido termo foi dada pelo próprio contribuinte, **b) O agente responsável pela ação fiscal, não detêm competência legal para efetuar lançamento de crédito tributário** – afastada, por unanimidade de votos, nos termos do artigo 2º, § 1º, inc. II do Decreto nº 29.978/2009; **2- No mérito**, a 3ª Câmara afasta a alegação da autuada de que o Estado não deixou de receber o ICMS, recolhido na sistemática crédito/débito, alegando “bis in idem”, pois o Regime Normal difere do recolhimento do ICMS Antecipado, conforme art. 767, § 3º do Dec. 24.569/97. Indeferem, também, os demais argumentos de defesa de mérito, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada. Na sequência, por unanimidade de votos, negam provimento ao Recurso interposto para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada na instância singular, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifesta-

ção oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 11 (onze) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA